

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE E A BNCC

OLIVEIRA, Gabrielle Gomes¹

Resumo:

Com a ampliação do acesso à internet e a globalização do mundo contemporâneo, o ensino de história sofre de imperativos urgentes, como os aspectos epistemológicos e metodológicos da história do tempo presente e a implementação das metodologias ativas como ferramentas para se repensar o ensino e se adaptar a demanda de uma sociedade cada vez mais conectada. Nesse quadro atual, perguntas se colocam, como quais os desafios da docência frente a ampliação tecnológica e o papel da História do tempo presente na construção da consciência histórica dos alunos sobre o Brasil do século XXI. Para responder tais questões serão analisados os conteúdos e competências definidas na nova Base Nacional Curricular para o ensino de história e uso político das narrativas proposta nesses conteúdos.

Palavras-chave: TEMPO PRESENTE -BNCC-NEOLIBERALISMO-METODOLOGIAS ATIVAS

A pandemia causada pela Covid-19, só aprofundou um cenário de incerteza e ataques a educação básica que se encaminha desde de 2015 como projetos da escola sem partido e a reformulação do ensino através da criação da Base Nacional Comum Curricular, que busca propor e direcionar para uma educação neoliberal que corresponda uma demanda política e econômica das agencias financiadoras mundiais, como a formação de um mercado flexível dominado pela dinâmica moderna da massificação e do progresso digital.

Diante da crise pandêmica a adoção de um ensino remoto emergencial nas escolas públicas e privadas ocorreu sem uma estruturação básica, em que cada rede de ensino elaborou suas estratégias e gerou as diretrizes para o prosseguimento do ano letivo, gerando um grande desafio para professores e gestores que buscaram encontrar novas metodologias e didáticas para apresentar um ensino de qualidade.

O estudo da história do tempo presente, que durante muito tempo foi objeto de resistências e interdições por professores, entrou na ordem do dia no Brasil com a ampliação do acesso à internet, não só como objeto de pesquisa acadêmica, mas também como um tema da história pública com produções focadas em construir diferentes narrativas sobre os mesmos

¹ Professora da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e mestranda do PROFHISTÓRIA-Universidade Federal do Goiás-UFG. Bolsista FAPEG.
Email: oliveira.gabig@gmail.com

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

conceitos históricos, se tornando assim um desafio para os historiadores e professores, do ponto de vista ético e político (DELGADO; FERREIRA, 2013).

Segundo Hartog (2013) a história no século XX passou por uma crise do progresso causada pelas guerras e pelo fim das utopias revolucionárias causando uma descrença com um futuro. Com o fim da história como o progresso, as sociedades e os historiadores se voltaram para o presente para responder suas indagações. O futurismo deteriorou-se sob o horizonte e o presentismo o substituiu. O presente tornou-se o horizonte, como um novo regime de historicidade permitindo assim uma nova abordagem sobre o tempo e seus objetos de estudo.

Essa virada da história para o presente se deu pelo desenvolvimento rápido e pelas exigências cada vez maiores de uma sociedade de consumo, na qual as inovações tecnológicas e a busca de benefícios cada vez mais rápidos tornam obsoletas as coisas e as narrativas (HARTOG, 2013). A Produtividade e a flexibilidade, tornam-se novos administradores do tempo impactando diretamente na construção histórica dentro e fora das salas de aula.

O tempo e a história agora são mercadorias e é dentro dessa perspectiva de uma sociedade voltada para consumo e a demanda do mercado, que é necessário que olhamos para a Base Nacional Comum Curricular como um documento político que tem a pretensão de adotar um modelo homogêneo de educação que corresponda o interesse do mercado de trabalho.

1- BNCC e a política neoliberal

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC é um documento normativo desenvolvido pelo Ministério da Educação para toda a Educação Básica. Previsto no artigo 210º da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e no artigo 26º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (BRASIL, 1996), esse documento começou a ser desenvolvido a partir do Plano Nacional da Educação (PNE) em 2014 como fator importante para o desenvolvimento da educação no Brasil, sendo apresentado ao público pela primeira vez em setembro de 2015, gerando um imenso debate sobre a necessidade ou não de um currículo nacional para o país.

A Base estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica. Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. A

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

Base soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

Partindo da concepção que a Base é um documento político que tem como objetivo homogeneizar os princípios norteadores da educação no Brasil é preciso entender quais são os interesses expressos no seu texto. Freitas (2012) aponta em seu artigo sobre os Reformadores da Educação que o projeto de uma base comum curricular é parte de um projeto neoliberal promovido por fundações privadas e pelo o Banco Mundial para controlar o progresso em países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. Ao se debruçar sobre o Estados Unidos e sua reforma educacional como exemplo, ele aponta que essa tendência neoliberal da educação não ajudou a resolver os problemas educacionais do país e nem aumentou o índice de qualidade, só ressaltou ainda mais um cenário de desigualdade social e segregação regidos pela meritocracia, competição e privatização.

Dentro dessa reforma educacional que foi proposta e divulgada na BNCC, há também uma consonância com os organismos internacionais, como: o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), como uma forma de conseguir um financiamento para a educação. Esses acordos com agências financiadoras buscam uma reconfiguração da educação para atender um ressignificação do mundo do trabalho, em que os alunos são ensinados e orientados a preencher vagas de empregos um novo mercado de trabalho flexibilizado, reduzindo os alunos a um simples objeto para atender as demandas da economia produtiva do capitalismo. (DIOGENES; SILVA, 2020)

Um exemplo claro dessa tendência é o Novo Ensino Médio, implantado pela lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 e as diretrizes impostas na BNCC, que tem como principais mudanças a autonomia aos alunos e adoção de um currículo mais flexível, com a criação dos itinerários formativos e do projeto de vida que buscam orientar e aperfeiçoar os alunos em uma área do conhecimento ou da formação técnica e profissional que melhor se encaixam no seu interesse.

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

Dentro do contexto do primeiro ano de aplicação do novo Ensino Médio em 2022, é necessário levar em conta a pandemia mundial ocasionada pelo vírus da Covid-19, que produziu repercussões não apenas de ordem biomédica e epidemiológica em escala global, mas também repercussões e impactos na educação tradicional de crianças, jovens e adultos. Os centros de ensinos particulares e públicos impedidos de funcionar de forma presencial por decretos e ações governamentais de saúde, tiveram que se reinventar e adaptar a educação ao ambiente virtual, utilizando a tecnologia como mecanismo de interação, conexão e aprendizagem.

Na área da educação e no ensino de história a tendência durante a pandemia foram a inclusão e o debate das metodologias ativas a prática docente, como uma proposta pedagógica e didática que responda a essa demanda de flexibilização e da inclusão das tecnologias em sala de aula como uma forma de transformar o ensino mais atrativo e dinamizados para os alunos.

A aplicação das metodologias ativas e a maior autonomia dos alunos proposto pela Base Nacional Comum Curricular impõe novos desafios à prática docente e ao papel do professor em sala de aula, que passa a ser concebido como um mediador entre os saberes e não mais aquele detentor único do saber. No ensino de história a BNCC segue a mesma demanda neoliberal tecnicista, no qual as habilidades que devem ser adquiridas pelo os alunos, não buscam aprofundar e desenvolver o pensamento histórico, mas apenas seguir processos metodológicos de identificação, comparação, contextualização, interpretação e análise como forma de adaptação à sociedade vigente. (ALMEIDA, 2020)

Para Libâneo (2022):

Na perspectiva sociopolítica, as metodologias ativas podem ser vistas em duas perspectivas: a da racionalidade instrumental (reflexividade neoliberal) e a da racionalidade emancipatória (reflexividade crítica). A *reflexividade neoliberal* põe em relevo a necessidade de ampliação da capacidade reflexiva dos sujeitos para adequem-se à reestruturação do processo produtivo capitalista em que as inovações requerem mais habilidades intelectuais do que manuais, conferindo centralidade ao conhecimento, levando à intelectualização do processo produtivo e exigindo dos profissionais mais reflexividade, vale dizer, mais auto reflexividade, mais auto monitoramento. A ampliação da capacidade reflexiva implica exigências de formação e qualificação profissional tais como agilidade de raciocínio, capacidade crítica, senso de colaboração, capacidade de adequação a mudanças profissionais. A *reflexividade crítica*, em outra direção, concebe os sujeitos como agentes numa realidade socialmente construída, permeada por contradições e desigualdades, frente à qual se requer atitudes críticas em relação às formas da racionalidade capitalista.

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

Para Libâneo (2022) as metodologias ativas servem em diferentes contextos a depender de nossas opções políticas, de nossas opções epistemológicas, de nossas opções pedagógicas. Dito isso, é importante notar que o texto base da BNCC ao definir competências específicas, unidades temáticas e habilidades que devem ser desenvolvidas pelos alunos ao longo da vida escolar, correspondem a uma perspectiva neoliberal de mercado que visa aprimorar competências individuais, formar um profissional resolutivo e pragmático para resolver problemas imediatos e práticos, sem necessitar de muito esforço teórico ou de habilidades cognitivas gerais para analisar problemas ou situações com base em princípios teórico-científicos.

Tanto a pandemia como as reformas neoliberais após o golpe de 2016 revelam a necessidade de professores/historiadores e historiadores/professores, de assumirem uma atitude política em relação ao ensino. A discussão sobre questões éticas ligadas à docência em História, se torna pertinente como um respaldo contra os ataques sofridos em busca de uma escola apartidária em rumo a privatização.

Os Compromissos éticos da docência em História referidos no documento da Associação Brasileira de Ensino de História-ABEH proposto em 2021, refletem em um movimento de ampliação da história como algo público que tem métodos e posicionamento definido, que representa e potencializa as diferentes demandas políticas dos movimentos sociais que formam a sociedade contemporânea. Democratizando assim o acesso à história de maneira responsável sem a banalização e simplificação do passado sob o interesse do presente com narrativas prontas e detentoras de verdades absolutas, mas sim promovendo debates que agregam na construção de uma escola pública de qualidade com pluralidade cultural e política.

2- A BNCC e suas demandas no ensino da história presente

Ao discorrer sobre as orientações curriculares e os princípios do ensino de História no ensino fundamental em sua nota introdutória o texto da Base expõe o tempo presente como norteador compreensão histórica:

Todo conhecimento sobre o passado é também um conhecimento do presente elaborado por distintos sujeitos. O historiador indaga com vistas a identificar,

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

analisar e compreender os significados de diferentes objetos, lugares, circunstâncias, temporalidades, movimentos de pessoas, coisas e saberes. As perguntas e as elaborações de hipóteses variadas fundam não apenas os marcos de memória, mas também as diversas formas narrativas, ambas expressão do tempo, do caráter social e da prática da produção do conhecimento histórico. As questões que nos levam a pensar a História como um saber necessário para a formação das crianças e jovens na escola são as originárias do tempo presente. O passado que deve impulsionar a dinâmica do ensino-aprendizagem no Ensino Fundamental é aquele que dialoga com o tempo atual. (BRASIL,2018)

CHAUVEAU e TÉTART (1999) apontam que a História do Tempo Presente desabrochou por dois fatores fundamentais o impacto das gerações e a demanda social. impacto das gerações se encontra na descrença do progresso no século XX e volta do interesse pela política como um movimento cultural e na demanda dos diferentes movimentos em reagir sobre o presente para se apropriar de seus direitos e lutas identitárias.

Ao pensar o Tempo Presente como um balizador da educação histórica é necessário se levantar algumas questões, como que tipo de conhecimento histórico estamos criando e como isso impacta na formação dos alunos? E quais métodos e problemáticas devem ser utilizados na análise do passado sobre as demandas políticas e sociais do presente?

Um caminho para romper com essa simplificação do ensino de história proposta na BNCC é diferenciar dentro da sala de aula os conceitos substantivos e de segunda ordem das Unidades Temáticas proposta, como uma forma de trazer uma educação democrática que revele ao aluno uma construção libertadora que agregue debate sobre as diferentes narrativas sobre o passado.

Para Lee (2001) no ensino de história existem 2 tipos de conceitos o substantivo e se segunda ordem. O primeiro se refere ao conteúdo da História, como por exemplo o conceito de indústria, impostos, agricultura, capitalismo que podem sofrer mudanças de acordo com análise temporal que está inserido, enquanto os conceitos de segunda ordem são aqueles que se referem à natureza da História, como por exemplo explicação, interpretação, compreensão.

Ambos conceitos devem ser examinados e aprofundados em sala de aula para que os alunos não tenham uma ideia errada sobre a história e possam produzir um conhecimento histórico libertador, que compreenda o passado, o presente e o futuro como algo conectado e não separados por unidades temáticas impostas nos currículos base de educação no Brasil. Em

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

outras palavras, o ensino de história deve ensinar o aluno a pensar historicamente, através de uma base histórica conceitual, dar os primeiros passos, para fazer compreender que as histórias podem ser válidas e dizer coisas diferentes. Não é conveniente fornecer demasiado materiais prontos, para que os alunos apenas identifiquem, analisem e descrevam os fatos históricos como máquinas, mas que formulem e questionem os conceitos históricos e amplie suas perspectivas sociais e políticas.

Ao analisamos os conteúdos descritos como objetos do conhecimento nas unidades temáticas enunciadas na BNCC, do 6º ao 9º ano, é possível perceber certas permanências com os currículos de História propostos pelo Colégio Pedro II² no século XIX, como o foco na história europeia em que se inicia com história universal europeia com foco na Antiguidade Clássica suas sociedades, cultura e política.(NADAI, 1993)

Nadai (1993) aponta que o currículo escolar de história e a linha definidora de sua elaboração em seu conteúdo ao longo do século XIX e XX foram determinadas pelas ideias de nação, de cidadão e de pátria que se pretendiam legitimar pela escola. Ao analisamos as 6 competências específicas definidas na BNCC para as ciências humanas no Ensino Médio, podemos notar que a uma preocupação em moldar aos alunos para um mercado tecnológico e transforma-lo em um cidadão críticos com olhar tecnicista.

3- Considerações finais

Para Lee (2016) o desejo de usar a história como um suporte para a coesão social ou mesmo o ressurgimento nacional parece prosperar em uma era da migração, da incerteza sobre as consequências do multiculturalismo e da busca por alguma base legítima de afirmação de valores “comuns”. A Base Nacional Comum Curricular vem no sentido de se apropriar do presentismo e a incorporação da cultura digital ao ensino.

O maior interesse na cultura digital dentro e fora do ambiente escolar, aponta para uma maior necessidade que os professores se apropriem do presente como uma ferramenta importante para construção de uma consciência histórica libertadora. Sendo assim, o estudo do tempo presente é fundamental para se compreender as permanências e rupturas do passado com

² Até 1930, os programas de ensino secundário eram formulados e aprovados por profissionais do Colégio Pedro II.

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

o presente, ajudando assim os alunos a pensar historicamente e se tornarem cidadãos críticos que compreenda as nuances temporais e conjunturais que estão implícitas em nossa sociedade.

A BNCC ao apresentar competências/habilidades, aponta para algumas operações mentais mais tecnicistas da consciência não propriamente histórica, indica uma delimitação de categorias do pensamento que indicam ações a serem desenvolvidas em relação a determinados conteúdos, e não formas de compreensões históricas, levando ao professor de história a procurar diferentes recursos para adequar as novas demandas do ensino.

Referências

ALMEIDA, Denis Andrade. **AS CONCEPÇÕES DE HISTÓRIA NA ATUAL BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR**. In: Grupo de Reflexão Docente n. 28 - Interfaces entre Currículo, Avaliação e Formação de Professores no Ensino de História.2020.

BERNSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. **Conclusão**. In. CHAUVEAU. A; TÉTARD, Ph (orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru: Edusc, 1999, p. 127-130.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf>

CHAUVEAU. A; TÉTARD, Ph (orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru: Edusc, 1999.

DIÓGENES, Elione Maria Nogueira; SILVA, Vanessa Maria Costa Bezerra. **O Neoliberalismo e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC): aproximações contextuais**. In: Revista Plurais–Virtual, Anápolis-Go, Vol.10, n.3–Set./Dez.2020–p.350-366.

FREITAS, L. C. **Os reformadores empresariais da educação: da desvalorização do magistério à destruição do sistema público de educação**. In: Educação e Sociedade, v. 33, n. 119, p. 379-404, 2012.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Tradução de Andréa S. De Menezes, Bruna Beffart, Camila R. Moraes, Maria Cristina De A. Silva E Maria Helena Martins. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

LEE, Peter. Literacia histórica e história transformativa. Texto traduzido por Lucas Pydd Nechi, e Tiago Sanches. In: **DOSSIÊ - Aprendizagem Histórica: Pesquisa, Teoria e Prática. Educar em Revista [online]**. 2016, v. 00, n. 60 [Acessado 27 Abril 2022], pp. 107-146. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0104-4060.45979>>. ISSN 1984-0411. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.45979>.

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

LEE, Peter. **Progressão da compreensão dos alunos em história.** In: BARCA, Isabel (Org.). *Perspectivas em educação histórica.* Braga: Universidade do Minho, 2001. p. 13-27.

LIBÂNEO, José Carlos. Metodologias ativas: a quem servem? Nos servem? In: LIBÂNEO, José Carlos; ROSA, SandraValéria Limonta; ECHALAR, Adda Daniela Lima Figueiredo; SUANNO, Marilza Vanessa Rosa (Orgs.). *Didática e formação de professores: embates com as políticas curriculares neoliberais.* Goiânia: Cegraf UFG, 2022, p. 38-46. Disponível em: https://publica.ciar.ufg.br/ebooks/edipe2_ebook/artigo_10.html

MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM. O Movimento.2016. Disponível em: <<http://movimentopelabase.org.br/o-movimento/>>.

NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 13, n. 25/26, set. 92/ago. 93, 1993, p. 143-162.

RÉMOND, René. **O Retorno do Político.** In. CHAUVEAU. A; TÉTARD, Ph (orgs.). *Questões para a história do presente.* Bauru: Edusc, 1999, p.51-60.

RIOUX, Jean-Pierre. **Pode-se fazer uma história do presente?** In. CHAUVEAU. A; TÉTARD, Ph (orgs.). *Questões para a história do presente.* Bauru: Edusc, 1999, p. 39-50.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **Cidadania e Educação histórica: diálogos com documentos curriculares brasileiros.** In: Alves, Luís Alberto Marques; Gago, Marília, coords. - *Diálogo (s), Epistemologia (s) e Educação Histórica: um primeiro olhar.* Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras. CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2021. ISBN 978-989-8970-31-2
DOI: <https://doi.org/10.21747/9789898970312/dia>